

A CAVALARIA NO MANUAL C-100-5

(Operações)

Ten.-Cel. J. H. GARCIA

De início na parte referente à organização das tropas, a nossa D.C., por ser uma grande unidade especial, devia ter recebido uma definição à parte; mas embora, a fimção à parte; mas embora, a fimção D.C. foi mais feliz que o CORPO DE CAVALARIA, que nem foi citado, deixando a impressão de que não existe, nem eventualmente.

Em primeiro lugar achamos que tanto a cavalaria a cavalo como a mecanizada, são caracterizadas pelo que o manual atribui somente à primeira; o conjunto de características apresentado na letra a, páginas 12 e 13, pertence à arma e não a determinadas unidades; bem sabemos que a cavalaria mecanizada ou blindada, é capaz de fazer tudo o que a cavalaria a cavalo faz, dependendo apenas do terreno.

Mas vejamos o que é prescrito nesta letra a, pág. 12, isto é, vejamos os pontos que claramente definem determinadas formas de ação, definem não vagamente mas precisamente, como quem não teme empenhar-se a fundo.

O n. 32 enumera o que a cavalaria a cavalo é capaz de fazer:

- 1 — age ofensivamente;
- 2 — aproveita êxito;
- 3 — persegue;
- 4 — põe a mão em determinado ponto e conserva até.....
- 5 — reconhece;
- 6 — faz o contra-reconhecimento;
- 7 — faz segurança;
- 8 — retarda;
- 9 — cobre a retirada;
- 10 — liga no combate;
- 11 — constitui reserva;
- 12 — inquietada;

- 13 — age de surpresa sobre objetivos profundos da retaguarda inimiga.

Podemos assim grupar estas missões, para chegar às nossas clássicas missões:

- 1, 2, 3, 4, 8, 10, 11 — combate;
5 — explora;
6, 7, 8, 9 — cobre;
4, 12 e 13 — incursiona.

O que há de novo neste n. 32? — Apenas nomes, formas de dizer, como se vê em nossa demonstração logo acima.

Entretanto, no n. 33, há sobre o que meditar, como:

— “Deve receber missões que lhe permitam tirar partido de sua mobilidade”.

Este “tirar partido de sua mobilidade” quer dizer manobrar, combinação de elementos a pé com elementos a cavalo, combinação de elementos a cavalo, moto, mecanizados ou blindados e a pé, combinação de velocidades, de possibilidades em determinados terrenos, de forças, de atitudes, etc.

Precisamos confessar que não temos até agora feito isto!...

Temos empregado nossa cavalaria, particularmente no âmbito da D.C., como uma arma menos forte e pouco mais rápida que a infantaria.

Movimentos envolventes rápidos, aproveitando particularmente terrenos difíceis e más condições atmosféricas não temos conhecimento de terem sido sugeridos em situações.

Se não nos falha a memória muita ousadia em cavalaria só se aceitou até agora na guerra

mesmo; em exercícios, não. Entretanto, se tivermos um pouco de razão como pensamos, há necessidade de modificar os tipos de nossas situações, para criarmos outras que focalizem particularmente intervenções materializando as idéias claras deste novo manual.

Mas não cusparamos no "branquinho" ou no velho R. 9, porque ele lá em sua primeira página do Prefácio diz: "o emprego da cavalaria repousa no aproveitamento dos recursos que oferece a combinação de sua aptidão para o movimento e de sua potência de fogo", e mais adiante na página seguinte: "Sempre que dispõe de espaço, utilizando tão amplamente quanto possível sua mobilidade, manobra a cavalo". "Quando as circunstâncias permitirem, unidades mantidas a cavalo prolongam e apolam eficazmente o combate". Como vemos estas expressões têm a mesma força que a primeira que citamos extraída do 100-5.

O n. 34 deste manual entretanto, é mais expressivo porque penetra na forma da manobra: "efetivos relativamente fracos podem afeitar um inimigo menos móvel, enquanto o grosso se lança sobre seus flancos e sua retaguarda". Conceito com esta precisão não encontramos claramente em nosso R. 9, o que quer dizer que nós e os franceses não pretendíamos dar esta forma como principal modo de emprego de nossa cavalaria.

E não se diga que os americanos apenas escreveram isto; eles praticaram e melhor praticaram com sua cavalaria mecanizada.

Os russos por seu lado abusaram da forma prescrita acima tanto com a sua cavalaria a motor como com a a cavalo, particularmente com esta.

Voltando ao nosso R. 9, encontramos na pág. 10: "o combate da D.C. é baseado na exploração do efeito da surpresa". Como temos feito emprego desta prescrição?

— Após a tomada de contacto, o Cmt. da D.C. escolhe na frente um ponto sobre o qual quer surpreender o inimigo, sobre o qual vai empregar o máximo de suas forças. Não há dúvida que isto

é tirar partido da mobilidade da arma — reunir meios de força diante de uma região muito pequena em relação à frente de contacto; e é uma combinação de movimento a cavalo ou a motor com progressão a pé, e o pode ser; mas a mobilidade da arma não foi explorada a fundo, isto é, estas situações não deviam repetir-se na maioria das vezes, pois que elas não inspiram o emprego das características dos elementos da arma na sua melhor forma, isto é, no envolvimento do inimigo, na ação em um de seus flancos ou retaguarda.

O C-100-5 diz: "Como regra geral, a manobra a cavalo é combinada com a ação a pé"; esta forma de emprego não é um esquema que se deva apenas às vezes empregar, mas é uma regra geral, quer dizer que é uma forma que em geral dá resultado.

Quer dizer que de hoje em diante, tirar o máximo partido da mobilidade dos meios de que dispomos é uma prescrição taxativa; não é apenas uma sugestão tímida.

Conclui-se que a cavalaria, combinando as variadas possibilidades de velocidade e de trânsito em terreno difícil, de seus diferentes meios, com a natureza do terreno de que dispuser e as condições atmosféricas do momento, deverá ousadamente procurar a manobra como regra geral, mas não a manobra apenas desbordante, própria de elementos que não possuem os meios com as possibilidades dos da cavalaria.

Podemos fazer isto, agir desta forma... mas há algumas necessidades...

Se ao fim deste movimento, chegarmos ao flanco ou retaguarda do inimigo com pouco fogo, sem meios para agir com vigor, os resultados podem até ser negativos; daí concluirmos que há necessidade de melhorar a potência de fogo de nossa arma:

- meios anticarro leves;
- armas automáticas para a ação aproximada;
- canhões sem recuo;
- grande dotação de granadas;
- etc.

e para poder ousar, o meio mais poderoso de investigação:

— aviões próprios.

Desta forma ao atingir a retaguarda ou um flanco do inimigo poderíamos agir com violência, embora durante um curto tempo, mas curto tempo perfeitamente conhecido do Cmt. da D.C.

Com a prescrição regulamentar e os meios, só nos fica faltando o hábito de tentarmos a manobra, isto é, a vontade de tirar o máximo partido destes meios: isto somente se consegue pela instrução e compete às escolas e aos chefes, particularmente comandantes de Regimentos e Divisões.

Estes comentários nos fazem lembrar o que um companheiro conta sobre a instrução de oficiais em um país amigo: sempre que era criada uma situação e era pedida uma decisão, vinha invariavelmente o verbo "maniobro"; nada há de crítica nesta reprodução, apenas inveja deste maravilhoso hábito. Aliás não precisamos ir muito longe, apenas à fonte inesgotável de chefes de cavalaria que tem sido o nosso Rio Grande do Sul: quem tenha privado com os antigos "provisórios" poderá nos auxiliar; neste assunto de combate era idéia dominante entre eles a da manobra, a do cerco; eles serão sempre no Sul os homens das guerrilhas, enquanto no nordeste teremos os homens da tocaia, o infante persistente e calmo. Deixemos o hábito da manobra a criar...

No art. III, pág. 322, o 100-5 diz que "A distância entre os elementos de reconhecimento e o grosso da Divisão varia de acordo com a situação, algumas vezes podendo abranger várias jornadas de marcha". Será que não varia mais com a natureza do elemento? Atualmente nossos D.D.C. são lançados a uma distância de modo a que no fim da etapa da D.C. ela fique a uma média de 10 a 15 km deles, a fim de poder apoiá-los ou em caso de ter a Divisão de mudar de direção, fazê-lo sem perdê-los mesmo por algum tempo.

Quem lê o livro "Patton and his Third Army" sente que os elementos de reconhecimento voavam muito na frente dos grossos — mas neste exército tudo era motorizado, mecanizado e blindado.

Que os hipomóveis não podem ser lançados a menos que possam ser apoiados é um fato.

Em o n. 1022 diz ainda o 100-5: "a divisão protege o dispositivo e a ação de outras forças terrestres pelo contra-reconhecimento ou pela cobertura agindo ofensiva ou defensivamente".

Qual a diferença entre contra-reconhecimento e cobertura?

O contra-reconhecimento não é uma cobertura contra órgãos de observação?

A cobertura é capaz de fazer força...

Mas quem vem buscar informes traz na frente elementos leves, fracos, que serão detidos apenas por uma cortina (*screen*), mas apoiando-os, vêm elementos capazes de conseguir informes à força, para os quais não é suficiente uma cortina e que somente uma cobertura será capaz de detê-los. Então o contra-reconhecimento está muito misturado com a cobertura.

O contra-reconhecimento é a nossa antiga segurança afastada? — mas esta era capaz de deter apenas os elementos que viessem por estradas, pontos de passagens obrigatórias, etc., e o contra-reconhecimento deve ser capaz de deter os órgãos de busca do inimigo, que vêm por toda parte.

Pela continuação da leitura do n. 1022, conclui-se que contra-reconhecimento e cobertura são uma única coisa.

Mas o original diz: "A D.C. protects o dispositivo e a ação de outras forças pelo contra-reconhecimento ou *screening*, agindo ofensiva ou defensivamente".

Screen é cortina.

Cover é cobertura.

Mais firmamos este modo de entender quando no mesmo n. 1022 vemos a descrição da execução do contra-reconhecimento e da cobertura defensivos com uma única finalidade — "impedir que os ór-

gãos de reconhecimento terrestres do inimigo observem a localização e o dispositivo das forças que estão sendo concentradas" ou "dispõem suas forças de modo que possam elas bloquear as principais vias de acesso". Até nos parece que o último trecho transcrito se presta melhor para definir o modo de proceder na cobertura, quando o manual o emprega para o contra-reconhecimento.

Para nós, este trecho não está claro, pode ser que seja uma deficiência nossa, entretanto cremos que não há mal em escrever porque pode haver outros que tenham encontrado estas mesmas dificuldades.

Transportemo-nos antes de virar a fôlha do contra-reconhecimento e da cobertura ao n. 271 e seguintes do 100-5 que tratam particularmente daquela operação no capítulo Segurança. "As unidades cuja missão principal é o contra-reconhecimento, procuram destruir ou neutralizar os elementos de reconhecimento inimigos. Na execução de tal missão operam ofensivamente, defensivamente ou por ação retardadora..." (274 do 100-5).

Este número fala em destruição dos apoios dos órgãos de reconhecimento inimigos — então, esta operação nada tem de cortina pacatamente defensiva; ela é sim, quando ofensiva, um rastilho que vai levando por diante os órgãos de reconhecimento do inimigo e depois atinge seus apoios e os destrói; é luta de grossos, não é "perfumaria".

Mais abaixo se lê: "Quando tiver que ser coberta uma frente extensa, pode tornar-se necessário recorrer à ação retardadora".

Em o n. 1023 do original e 1019 da tradução aparecem juntas as palavras *screening and covering* que traduzimos por *ocultar e cobrir*, quando no 1022, ainda da tradução, já traduzimos *screening* por *cobertura*.

Concluímos que os americanos têm o *screen* e o *cover*, enquanto nós temos a *cobertura* que pode assumir várias formas:

— de *screen* ou de *cover*

conforme a missão recebida pela unidade ou a frente que lhe é atribuída.

Em seu n. 1023, o 100-5 diz: "Não se deve fazer grandes penetrações a cavalo através de tropas em posição, nem ataques a cavalo contra posições organizadas ou contra tropas em posição capazes de empregar seu poder combativo com eficiência".

Conclusão: o 100-5 admite o ataque a cavalo desde que não seja nas condições acima e mais não põe nenhuma restrição quanto ao efetivo.

Não resta dúvida que esta prescrição é mais ousada que a do nosso R. 9 e, confessemos, está mais de acordo com o que a cavalaria fez nesta última guerra, portanto, evoluímos conforme os acontecimentos, conforme os ensinamentos colhidos. É necessário que não tenhamos medo de parecer menos modernos nas prescrições de nossos manuais, desde que estas prescrições estejam acordes com as nossas necessidades e particularmente com as nossas possibilidades.

Ligando esta prescrição que acabamos de comentar com o início do n. 1023 citado — "A cavalaria aproveita-se da mobilidade de suas montadas para obter a vantagem da surpresa contra os flancos e a retaguarda inimigos de onde o fogo dos elementos apeados pode ser empregado eficiente e decisivamente" —, podemos naturalmente concluir que, se o movimento a cavalo é ótimo para levar a cavalaria aos flancos e retaguarda do inimigo surpreendendo-o, é claro que competirá a seu comandante decidir se, chegado ao flanco ou retaguarda do inimigo apeará e atacará pelo fogo ou se irromperá pela sua retaguarda a cavalo desorganizando-o, mesmo destruindo-o, enquanto os elementos a pé que o defrontavam abordam-lhe as posições, reunindo-se após em uma zona previamente marcada, e não como completa o 100-5 como uma idéia preconcebida "de onde o fogo dos elementos apeados pode ser empregado eficiente e decisivamente".

Trata-se de saber nesta situação qual a forma de ação que produzirá melhores resultados!...

A cavalo ou a pé?

Qualquer que seja a resposta nos satisfaz — basta que concordem com o movimento a cavalo — já é muita coisa.

A ação após chegar ao ponto e na hora decisiva no flanco ou retaguarda do inimigo, cabe ao chefe — e ele será chefe por certo e decidirá, queira Deus!...

Não nos conformamos, que não treinemos a fundo a combinação, não só de ações a pé e a cavalo, como em veículos, já que a organização de nossa arma permite e exige.

Não o fazer é não aproveitar suas possibilidades.

Os ns. 1024, 1025 e 1026 tratam da articulação da divisão para um ataque:

- base de manobra;
- massa de manobra;
- reserva.

O que desejamos salientar destes três parágrafos é justamente o início do 1025: "A massa da manobra constitui o principal poder ofensivo e muitas vezes compreende a maior parte da Divisão", o qual combinado com o início do 1023 nos leva naturalmente à forma mais ousada da ação ofensiva da D.C.: *aferramento do inimigo por fracos elementos e o prosso sendo levado rapidamente a sua retaguarda donde o ataca de qualquer forma.* É uma conclusão que se pode tirar do 100-5.

Se passarmos do 100-5 para o 2-15, manual básico da arma, vemos que este troca em miúdos o que contém o n. 1025 daquele, desce a detalhes sobre os quais tivemos grandes dificuldades de nos decidir em vista da falta de experiências e da falta de dados concretos não só colhidos entre nós como advindos de outras fontes. Da leitura de documentos diversos e de várias origens sobre o emprêgo da cavalaria pelos russos e da opinião de chefes americanos e ingleses, não só sobre este emprêgo como sobre as diversas ocasiões em que eles próprios e seus comandados tiveram necessidade da ca-

valaria, leva-nos a sentir suas possibilidades aqui na América.

O n. 1029 é interessante, particularmente para aqueles que temem a manobra sob a forma de envolvimento, para aqueles que acham que o envolvimento pode ser missão da D.C. mas não praticado dentro dela, no seu âmbito.

Cercar é a nova forma de se dizer envolver.

"Quando a D.C. age isoladamente na perseguição, destrói as forças inimigas por pressão direta ou cercando-as".

Podem dizer que o cerco é só no caso de perseguição (n. 562 do 100-5) e que o envolvimento é uma manobra com o inimigo ainda em situação de combater com todos os seus meios, entretanto, lendo-se o n. 439 e seguintes, particularmente o 441, conclui-se que o envolvimento é a forma de cercar; cerca-se envolvendo.

O n. 1032 trata de ação retardadora, sobre o que já nos referimos em outras ocasiões; este parágrafo não deixa dúvidas sobre a forma de executar aquela operação:

"emprega o retardamento frontal combinado com ataques de flanco. Age defensivamente, ofensivamente ou combinando essas duas formas. Atua agressivamente mas furta-se ao combate decisivo".

É uma forma mais ousada, não há dúvida, que a que praticamos: ações defensivas em linhas sucessivas.

O n. 311 do 100-5 trata dos P.A. da Cavalaria e das unidades motorizadas e blindadas; só por tratar à parte já se pode deduzir que é diferente.

Tanto longe como perto, muito próximo do inimigo, estes elementos cobrem-se por P.A. Além destes postos ocupam com esquadrões e pelotões pontos de passagem obrigatória nas vias de acesso.

Perguntamos se isto não é a mesma coisa que fazíamos? Apenas o 100-5 não chama estes elementos, enviados para as passagens obrigatórias, de "Segurança afastada".

Cabe aqui uma pergunta — o que faz a D.I. com o seu elemento

de reconhecimento quando se cobre por P.A. ?

— amplia a zona de reconhecimento ou mantém a ligação com as unidades vizinhas (final do n. 295 do 100-5).

Então diferença na forma não existe.

Lendo o n. 212 do artigo sobre Reconhecimento no 100-5 encontramos o seguinte :

"As forças terrestres designadas para missões de reconhecimento obtêm informes principalmente por meio de patrulhas".

Quer dizer que uma D.C. em missão de reconhecimento (dizemos assim propositalmente para ferir aos ouvidos dos que apesar do 100-5, continuam a separar o reconhecimento da exploração) pode buscar informes diretamente por meio de patrulhas? Quer então dizer que continua erecta aquela regra que o Cmt. da D.C. empregava D.Ds. e Reconhecimentos (patrulhas) para buscar informes?

Continua, mas a ordem de urgência de emprego dos meios está invertida; antigamente, isto é, ontem, antes do advento dos Manuais, o meio normal era o D.D., excepcionalmente o Reconhecimento; hoje a patrulha é o normal, é o geral, o D.D. apenas "quando em virtude das atividades inimigas ou da distância dos objetivos as patrulhas exigirem um apoio imediato na execução de sua missão, os reconhecimentos são executados por D.D. ..." (100-5 n. 212).

Com referência aos termos Reconhecimento e Exploração, as notas do E.E.M. divergem do 100-5; este abrange no Reconhecimento as missões dadas ao explorador e à D.C., enquanto a E.E.M. diz que esta recebe a missão da exploração, para cumprimento da qual lança seus órgãos de reconhecimento.

Será que os conceitos emitidos neste nosso C-100-5 que é tradução do F.M. de mesmos números americanos são a última palavra, mesmo não tendo os americanos empregado cavalaria hipomóvel nesta guerra?

Será que as prescrições do R. 9 não serão mais modernas?

É verdade que batemos palmas a alguns conceitos do 100-5 mas o fizemos porque não só diz com mais precisão que o nosso R. 9 mas porque corresponde a um velho modo de ver nosso.

Mas embora temos algumas dúvidas...

Com referência às nossas missões — fazíamos a exploração, isto é, lançávamos as D.C. em determinadas direções em busca do contacto com o inimigo para informar e depois em geral esta missão era completada, devendo retardar a progressão do inimigo nas direções tais até tal linha, que vem a ser cobertura de qualquer coisa que se está fazendo mais atrás.

Saindo agora do âmbito da D.C., procuraremos ver os parágrafos do 100-5 que regulam o papel da D.C., do Corpo ou da Cavalaria nas operações de conjunto.

Antes da batalha — A Cavalaria, juntamente com outros órgãos, busca informes, fazendo o reconhecimento (ns. 186 e 197 do 100-5); coopera na segurança, como elemento móvel de reconhecimento, agindo à frente das vanguardas (239 e 271 do 100-5) ou dos P.A. Cobre, retardando a chegada de forças inimigas no campo de batalha; faz incursões.

Durante a batalha — Ocupa frentes passivas ou de fácil defesa, constitui reserva móvel, retarda a chegada de forças inimigas na batalha, constitui com elementos blindados e motorizados ou isolada (a D.C. ou C.C.) o elemento móvel de manobra (finta).

Após a batalha — Constitui elemento de cerco, de exploração de uma penetração e de cobertura de insucesso.

—o—

Não vejam, os que nos lerem, nestes comentários mais — que o desejo de inspirar a leitura de nosso Manual Básico de Campanha 100-5.

Nós o lemos com o pensamento na cavalaria e naturalmente sem a pretensão de corrigir ou ensinar, redigimos algumas observações com nosso modo de ver. Se outros, de outras armas fizessem coisa semelhante seria estudo interessante,

porque sendo este manual básico, é importante em geral saber-se o que foi modificado do que já sabemos.

Por exemplo a Artilharia está como dantes ou já não faz isto ou aquilo?

E a Engenharia sofreu modificação apenas no nome — Engenharia de Combate — bem mais sugestivo ou seu modo de ação é outro?

Pelos jornais a guerra que estavam fazendo era outra, outros os processos; será que os regulamentos estão de acordo com os jornais? Ou será que não houve tão radicais modificações a não ser para aqueles que viam as coisas pela primeira vez?

Em conclusão — o nosso único objetivo é sugerir leitura a outros, incentivar o raciocínio escrito, esclarecer e esclarecer-nos...

AS REPERCUSSÕES DO INFLACIONISMO NA ORDEM SOCIAL

FIXANDO PRINCÍPIOS QUE DEVEM SER LEMBRADOS

Inflação é o termo próprio para exprimir o fenómeno do expansionismo do volume do dinheiro, quando o seu aumento supera o surto do giro físico das transações mercantis. Conforme esclarecedoramente lembra H.A. Silvermann, na obra — "The Substance of Economics" — editado por Sir Isaac Pitman & Sons, Ltd., de Londres, — o volume do dinheiro abrange o meio circulante propriamente dito e o crédito, expandido, de forma típica preponderante, na moeda escritural.

Uma coisa torna implícita a outra. Melhor dizendo, a expansão do volume da moeda escritural, em ritmo desusado, pressupõe superabundância de papel-moeda.

Depende do critério dos governos o movimento das duas colunas. A esse propósito dois exemplos bem caracterizam a realidade: os Estados Unidos e o do Brasil.

Sob a pressão das necessidades da guerra, os Estados Unidos dilatarem consideravelmente o meio circulante mas controlaram, ao mesmo tempo, as repercussões desse aumento, visando a evitar que em proporção idêntica ou aproximada crescessem os empréstimos bancários. No Brasil, a marcha do crédito excedeu todos os limites, concretizando-se no fato de superar o volume dos empréstimos aos próprios níveis extremos atingidos pela massa de dinheiro depositado nos bancos.

Não há dificuldade alguma em saber se ocorre descompasso entre o volume dos meios de pagamentos, formado pelo papel-moeda e pela moeda escritural, e o giro físico das transações mercantis. Um sintoma revela a disparidade com a mesma precisão do termómetro, indicando as condições do organismo em virtude do grau da febre.

Referimo-nos à generalizada elevação dos preços. O inflacionismo alimenta o inflacionismo. Eis a sentença britânica: *Inflation breeds inflation*.

Quando dinheiro em excesso é pôsto na circulação — e os preços principiam a subir, sobrevem a tendência da progressão dos preços para superar o próprio ritmo expansionista da massa dos meios de pagamento. Recorre-se a novas emissões, a fim de fazer face a outras altas dos preços.

Só os governos robustamente decididos e suficientemente esclarecidos a cerca da natureza do fenómeno, resistem à tentação de emitir ainda mais. Se a procura da mão-de-obra é maior que a oferta; se há tarefas e trabalhos que não podem ser executados, porque faltam operários e artifices para preenchê-los, então, completa-se iniludivelmente a automatologia do fenómeno.

Nesse caso, os governos não erram à falta de orientação, pois sabem o que lhes cumpre fazer. Se omissos, acumpliciam-se com a inflação,

que redundará num processo de tributar iníquo, diz muito bem H. A. Silverman, na obra citada, visto como onera adicionalmente as utilidades adquiridas pelo povo. Esse processo atinge todos os contribuintes, sem equidade, forma suprema do direito e da justiça. Sobrecarrega ricos e pobres igualmente, não sob o critério de uma base progressiva mas proporcional! Nisso consiste a iniquidade.

Assim vai sendo solapada a confiança interna e externa no valor da moeda. Ora, como os rendimentos individuais variam consideravelmente, segue-se que o peso da inflação recai de maneira onerosa sobre as classes médias, quase em nada afetando as camadas opulentas da sociedade.

Eis a razão pela qual o inflacionismo solapa a ordem jurídica. Provoca a instabilidade coletiva. Depaupera a nação, atormentando-a e desintegrando-a.

A regular flutuação dos preços não constitui um problema, refere W. Arthur Lewis, professor de Economia da Universidade de Manchester, no livro — "Overhead Costs" — edição de George Allen & Unwin Ltd., de Londres. Tecnicamente, não é possível evitar regulares oscilações dos níveis dos preços. Mas, obtempera a mesma autoridade, se esses níveis ondulam desordenadamente, a sua persistência se torna prejudicial à coletividade. A ordem econômica e social sucede a subversão.

Por que, má grado todo o elaboracionismo das medidas de controle dos preços, o consumo enfrenta dificuldades ainda maiores para adquirir mercadorias essenciais, a preços suportáveis? É o quesito que formula F. R. J. Jervis, na obra — "Price Control" — edição londrina da série — Hutchinson's, Technical.

Ai se debatem as questões econômico-financeiras sob o duplo aspecto do regime da interferência governamental e do sistema da liberdade do mercado. A resposta dada ao quesito se nos afigura axiomática.

A inflação gera conjuntura que impõe a continuidade dos controles. Quanto mais cedo os governos a extirpem, mais seguramente cessam as causas determinantes da supressão da liberdade do mercado.

A inflação provoca a escassez das mercadorias. Refocaliza, assim F. R. J. Jervis uma realidade que não precisa ser demonstrada; muito menos, no Brasil, onde os fatos se repetem em cristalina evidência.

Por que, pergunta o mesmo autor, há tanto dinheiro em circulação, de maneira a ultrapassar o vulto do giro físico das transações? A resposta se resume numa verdade indisfarçável: porque as despesas do governo crescem excessivamente, sem qualquer proporção com o volume das economias individuais, acumuladas pela nação. O total dos dispêndios supera o total dos recursos, suprimindo-se a deficiência com emissões de papel-moeda.

A insadia elasticidade do meio circulante causa o inflacionismo, lembra R. S. Sayers, professor da Universidade de Londres, no volume — "American Banking System" — que The Clarendon Press divulgou recentemente. Em fase de escassez de mão-de-obra, crescer a circulação fiduciária e o volume do crédito corresponde a provocar inflação.

Estamos focalizando princípios comezinhos de política econômica e financeira. Fazemo-lo para cooperar, para advertir, para lembrar a sentença que diz: quem com o fogo brinca, termina queimando-se.

O inflacionismo abala, desde a ruptura da guerra, os fundamentos materiais, sociais e morais da coletividade brasileira. O regime comunista, na Rússia, foi preparado pela inflação. Quando, exilado na Suíça, os seus correligionários ocultos lhe escreviam, relatando os horrores que o excesso do dinheiro causava ao povo russo, Lenine lhes dava a mesma invariável resposta: "Deixem que a inflação trabalhe por nós".

Combatê-la é servir à nação e à ordem. A inflação age como o vitríolo. Deforma a mentalidade dos homens. Decompõe. Arruína. Dissolve.

(Transcrito do "Jornal do Comércio", de 16-VII-1950.)